

INSTRUÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DO CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTE DE TRIBUTOS ESTADUAIS DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MATO GROSSO

1. Este Caderno contém 100 questões. Caso apresente defeito de impressão ou falta de questão, solicite ao fiscal outro Caderno.
2. Cada questão das Provas possui 05 (cinco) alternativas, de (a) a (e), de múltipla escolha, e o candidato deverá assinalar apenas uma alternativa como resposta.
3. Verifique se as informações do Cartão de Respostas estão corretas.
4. O Cartão de Respostas apresenta uma coluna para cada questão, e o candidato deverá pintar completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida.
5. O tempo de duração das provas é de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do Cartão de Respostas.
6. O candidato só poderá deixar a sala 3 (três) horas após o início das provas.
7. O candidato somente poderá levar este caderno 15 (quinze) minutos antes do horário determinado para o término das provas.
8. Ao término das provas, entregue o Cartão de Respostas e este Caderno ao fiscal.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de realização das provas e somente poderão retirar-se, simultaneamente, após o acompanhamento da conferência dos cartões de respostas, e lacre do envelope. Deverão ainda, assinar a ata de sala juntamente com o Coordenador de estabelecimento e os fiscais de aplicação de provas da respectiva sala.

CRONOGRAMA

A partir de 02/06/2008	Divulgação do gabarito preliminar das provas objetivas, na internet – nos sites www.unemat.br/concursos e www.concurso.sad.mt.gov.br
Dois dias úteis após a divulgação	Recebimento de recursos contra o gabarito preliminar das provas objetivas.
A partir de 06/06/2008	Divulgação do gabarito oficial.
A partir de 18/06/2008	Divulgação do desempenho geral dos candidatos.
Dois dias úteis após a divulgação	Prazo para recurso contra desempenho do candidato.
A partir de 11/07//2008	Publicação do resultado final do concurso no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e também será divulgado nos sites www.unemat.br/concursos e www.concurso.sad.mt.gov.br

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

O Brasil nunca teve um ministro como ele

No julgamento histórico em que o STF pôs os mensaleiros (e o governo e o PT) no banco dos réus, Joaquim Barbosa foi a estrela – ele, o brasileiro que fala alemão, o mineiro que dança forró, o juiz que adora história e ternos de Los Angeles e Paris.

01 O ministro Joaquim Barbosa, mineiro de 52 anos, votou em Lula, mas foi implacável na denúncia do mensalão – cujos arquivos chegou a estudar até durante as férias em Viena. Das 112

05 votações que o tribunal fez durante o julgamento, o voto de Barbosa foi seguido pelos pares em todas as ocasiões – e, em 96 delas, por unanimidade. Ele diz: “Nem eu esperava tanto”.

Joaquim Barbosa também é um homem

10 descontraído, que gosta de jogar uma pelada com os amigos duas vezes por semana, aprecia andar pela Lapa, no Rio de Janeiro, e tem prazer em dançar. Ao mesmo tempo, é formal, não permite muita aproximação nem intimidade. É um

15 magistrado apaixonado por história, um brasileiro que fala alemão e detesta o “jeitinho”, um mineiro que dança forró. “O ‘jeitinho’, me irrita. Também me irrita o patrimonialismo, essa doença brasileira de sempre tirar vantagem do que é

20 público.”

Eleitor de Lula, Joaquim Barbosa trata sua trajetória de vida de maneira mais reservada do que o presidente. Ele não desfralda sua origem pobre de primogênito de oito filhos de pai pedreiro e mãe dona-de-casa como bandeira para valorizar sua trajetória de sucesso ou apresentar-se como pós-graduado em povo – e faz questão de valorizar os estudos. Veio de uma família humilde, nunca passou fome, mas enfrentou

25 dificuldades. Em sua cidade natal, Paracatu, no interior de Minas, ficou um ano sem estudar quando era criança porque a diretora da escola, em um devaneio típico dos que se sentem donos da coisa pública, resolveu cobrar mensalidade. A

30 família Barbosa não tinha dinheiro, e Joaquim, o “Joca”, ficou fora da escola. “Foi um trauma”, relembra. Desmitificador, diz que nunca comeu o pão que o diabo amassou para chegar onde está e que tudo o que fez foi estudar. “Isso eu fiz.

35 Estudei, estudei muito”.

Revista *Veja*, 5 de setembro de 2007

Com base no texto I, responda as questões de 01 e 02.

QUESTÃO 01

Substituindo-se a palavra sublinhada pela palavra entre parênteses, não se altera o sentido dos enunciados, **exceto**.

- a. O ministro Joaquim Barbosa votou em Lula, mas foi implacável na denúncia do mensalão. (inexorável).

- b. Ele não desfralda sua origem pobre de primogênito de oito filhos de pai pedreiro e mãe dona-de-casa. (procedência).
- c. Veio de uma família humilde, nunca ficou desabrigado nem passou fome, mas enfrentou dificuldades. (simples).
- d. Ao mesmo tempo, é formal, não permite muita aproximação nem intimidade. (intrepidez).
- e. Ficou um ano sem estudar quando era criança porque a diretora da escola, em um devaneio típico dos que se sentem donos da coisa pública, resolveu cobrar mensalidade. (capricho).

QUESTÃO 02

A coesão pode-se dar pela conexão, por meio de conectores ou operadores argumentativos, responsáveis pela concatenação, pela relação entre segmentos do texto.

Sobre essa proposição, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. O uso do operador argumentativo “mas” (I 2) marca uma relação semântica de oposição.
- b. O uso do operador “também” (I 17) marca uma relação de conjunção argumentativa.
- c. O uso do “porque” (I 32) introduz uma explicação ou justificativa do que foi dito no enunciado anterior.
- d. O uso do “nem” (I 14) indica o desenvolvimento do discurso e não a repetição do que foi dito antes.
- e. O uso do “até” (I 4) introduz argumento que leva à conclusão oposta.

QUESTÃO 03

A palavra “eminente”, presente no enunciado “O eminente ministro renunciou ao cargo” não deve ser confundida com “iminente”, seu parônimo. Em que item a seguir o par de vocábulos é exemplo de parônimo?

- a. coser / cozer
- b. ratificar / retificar
- c. insipiente / incipiente
- d. seção / sessão
- e. taxar / tachar

Texto II

01 **Assassinado**: a socos e pontapés por três jovens, o índio Avelino Nunes Macedo, da etnia xacriabá. O mais novo capítulo da barbárie brasileira começou com um esbarrão

05 fortuito ao fim de uma festa. Irritados, os três jovens seguiram o índio. Queriam despi-lo na rua para humilhá-lo. Como ele reagiu, foi espancado até a morte. Os assassinos têm 15, 16 e 18 anos. Dia 16, em Miravânia, em Minas

10 Gerais.

(Revista *Veja*, 26 de setembro de 2007, p. 106)

Com base no texto II, responda as questões 04 e 05.

QUESTÃO 04

Em relação ao texto, analise as assertivas abaixo.

- I O texto apresenta seqüencialidade de princípio, meio e fim, portanto, tem características narrativas.
- II O texto também apresenta aspectos descritivos.
- III A estrutura textual não apresenta progressão temática.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. Considera-se correto apenas o item I.
- b. Considera-se correta a correlação feita com os itens I, II e III.
- c. Considera-se incorreto apenas o item III.
- d. Os itens II e III não refletem aspectos estruturais do texto.
- e. Os itens I, II, III confluem-se de forma a apresentar a estrutura textual de um artigo de divulgação científica.

QUESTÃO 05

Em relação à coesão textual, marque as afirmativas com (V) verdadeira e (F) falsa.

- () Em “despi-lo” (16) e “humilhá-lo” (17) temos uma coesão referencial que se manifesta por meio de anáfora.
- () No enunciado “Como ele reagiu...” (17) o pronome “ele” é um elemento coesivo que se manifesta por meio de catáfora.
- () A expressão “O mais novo capítulo...” (13) refere-se ao assassinato do índio.
- () Na última frase do texto ocorre uma coesão por elipse.
- () Em “Os assassinatos têm...” (18) a coesão é resultante do uso de uma substituição lexical.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **correta**.

- a. V F F V F
- b. F F V V V
- c. V F V V V
- d. F V F F V
- e. F V V V V

QUESTÃO 06

Em relação às regras de concordância nominal, analise os enunciados abaixo.

- I. A maioria das pessoas vive meia desconfiada da atuação adequada dos responsáveis pelo fisco.
- II. Depois de interditas as usinas de biodiesel restaram menas dúvidas sobre as irregularidades relacionadas ao funcionamento das empresas.
- III. Um dos valores defendidos pela SEFAZ é a transparência, haja visto oferecer aos cidadãos informação confiável, oportuna e compreensível sobre gestão dos recursos públicos.
- IV. A SEFAZ vê menos possibilidades de usineiros infringirem as leis depois do trabalho bem sucedido da força tarefa, desenvolvido no Estado.

- V. As empresas fiscalizadas estão quites com o ICMS.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II, estão corretos.
- b. Apenas I, II e III, estão corretos.
- c. Apenas IV e V estão corretos.
- d. Todos os itens estão corretos.
- e. Apenas III e V estão corretos.

QUESTÃO 07

Analise os itens quanto à grafia e uso adequado dos pares das palavras nos enunciados.

- I. Consideraram melhor dilatar o tempo necessário aos exames da perícia. / Consideraram melhor delatar o tempo que os advogados usaram para apresentar os exames.
- II. Será retificado o resultado dos exames. / O resultado dos exames só será ratificado se a perícia exigir.
- III. O tráfego mundial na internet vai saltar para 1,5 bilhão de terabytes no próximo ano. / O Supremo está investigando o tráfico de influência da administração pública.
- IV. Enquanto o governo tenta desacelerar a inflação, seus correligionários persistem na infração causada pelo patrimonialismo.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II, estão corretos.
- b. Apenas II e III, estão corretos.
- c. Apenas I e IV, estão corretos.
- d. Todos os itens estão corretos.
- e. Apenas IV e V estão corretos.

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa **incorreta** em relação à correlação necessária entre tipos e gêneros textuais e formas de tratamento.

- a. A carta e o ofício são gêneros textuais que pelas suas características formais e pelo assunto que tratam, possibilitam pressupor o tipo de interlocutor a quem o texto se dirige.
- b. Com relação às marcas formais, os pronomes de tratamento se constituem como elementos gramaticais relacionados a contextos específicos.
- c. Em qualquer campo de atuação profissional, há formas de tratamento marcadas gramaticalmente tanto pela escrita como pela oralidade.
- d. O “senhor/senhora” e “você(s)” são formas de tratamento que foram incorporadas à linguagem cotidiana e são denotadoras do grau de formalidade e informalidade existente entre os interlocutores.
- e. O “tu” e “vós” foram substituídos em muitas variedades da língua tanto escrita quanto falada da língua portuguesa do Brasil, para assinalar a terceira pessoa do discurso.

Texto III



O ALMOÇO É POR NOSSA CONTA.

GLOBO ESPORTE 30 ANOS

A alegria do gol. A emoção da cesta, do ponto, da volta mais rápida. A informação atualizada e a entrevista relevante. O Globo Esporte está completando 30 anos com um cardápio ainda mais rico e variado. Faça como os nossos campeões: não perca..

A gente se vê por aqui.



Fonte: Revista *Veja* 23/04/2008

Com base no texto III, responda as questões de 09 a 11.

QUESTÃO 09

Em relação à coerência textual, analise os enunciados abaixo, que constituem o texto III.

I- O almoço

É por nossa conta.

II- Globo Esporte 30 anos:

A alegria do gol. A emoção da cesta, do ponto, da volta mais rápida. A informação atualizada e a entrevista relevante. O Globo Esporte está completando 30 anos com um cardápio ainda mais rico e variado. Faça como os nossos campeões: não perca.

Assinale a alternativa **incorreta**.

- O enunciado I, quando relacionado ao enunciado II, produz outro sentido.
- A palavra “cardápio”, do enunciado II, estabelece uma relação de sentido com a palavra “almoço” do enunciado I.
- Para discutir o tema “Globo Esporte 30 anos”, o autor estabelece uma coerência interna, compatibilizando as figuras de campos semânticos distintos, para mostrar as variedades e importância da programação.
- Considerando fatores extralingüísticos, a palavra “almoço” usada no enunciado I, pode ser substituída por “jantar” sem prejuízo da coerência textual.
- Identificar o gênero textual como publicitário ajuda o leitor a estabelecer a coerência do texto.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa em que a regência verbal está de acordo com a gramática normativa.

- Bernardinho assiste o Globo Esporte todos os dias para saber notícias sobre seu time favorito.
- O Globo Esporte informa o telespectador o equívoco cometido.
- Com o objetivo de obedecer à legislação em vigor, a Rede Globo mudou o horário das programações do Estado.
- Todo esportista aspira uma entrevista no Globo Esporte.
- Prefiro ler do que ver televisão.

QUESTÃO 11

Com relação à compreensão do texto III, assinale a alternativa **correta**.

- As palavras “nossa” e “nossos”, no processo de interação comunicativa, indicam o receptor do discurso.
- A forma verbal “está completando” transmite a idéia de uma ação ainda em curso.
- No slogan da Rede Globo “A gente se vê por aqui” a expressão sublinhada substitui um pronome, que indica apenas uma das pessoas do processo de interação comunicativa.
- A expressão “cardápio ainda mais rico e variado” apresenta um pressuposto de que o programa ainda não tinha essas características.
- A palavra “interatividade” é formada apenas pelo processo de derivação prefixal.

Texto IV

O sábio e o ignorante

Rui Barbosa, um dos maiores estadistas do Brasil, ouviu de madrugada, um barulho no seu galinheiro. Já velho, pegou sua bengala e se dirigiu para lá. Em lá chegando, se deparou com um ladrão que já estava saindo com duas galinhas em cada mão. Nisto, o velho advogado apontou a bengala na cara do ladrão e falou: - Ignoto cleptomaniaco. Se aqui vens por imperiosa necessidade, perdoar-te-ei, mas se o fazes para satisfazer teus espíritos deletérios ou para zombar da minha auto-prosopopéia, dar-te-ei com o meu cajado no alto da tua sinagoga e reduzir-te-ei as massas encefálicas em cinzas cadavéricas neste solo pátrio. Daí o ladrão falou:

- Ué!...eu posso ou não posso levar as galinhas?

www.piadasonline.com.br

Com base no texto IV, responda as questões 12 e 13.

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa **incorreta**.

- A palavra “Ignoto” significa “Ilustríssimo”.
- A expressão verbal “perdoar-te-ei” reflete a formalidade da língua.
- “Ué!” marca a linguagem coloquial.
- O texto marca-se pela comicidade.
- O vocábulo “Nisto”, no texto, retoma o enunciado já mencionado.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa **incorreta**.

- A palavra “sinagoga” no texto significa cabeça.
- “sábio” e “ignorante” são figuras contrastadas pelo autor.
- Se a galinha fosse para matar a fome do ladrão, Rui Barbosa o perdoaria.
- “neste solo pátrio” significa “nesta terra natal”.
- Em “se o fazes para satisfazer espíritos deletérios”, o vocábulo “deletérios” é sinônimo de “deleite”.

Texto V

Calcula-se em cerca de 5 bilhões o número de pessoas que entram anualmente em shopping center, supermercados, concessionários de veículos e lojas de rua de todos os tipos em nosso país. (...)

No fundo, é tudo um grande espetáculo. Vivemos hoje na sociedade do espetáculo, e o grande varejo é uma de suas expressões máximas. Nós o chamamos de arena da comunicação com o mercado, como os megashows de música pop, os eventos esportivos, as novelas de TV e a própria propaganda tradicional. Parafraseando um velho ditado, diríamos que o espetáculo é a alma do negócio, pois só assim conseguimos atender à busca frenética por novas emoções e experiências que caracteriza a sociedade hedonista e individualista de hoje. Isso tudo nos ajuda a entender a importância que o varejo assumiu, não só como ponto-de-venda mas também como centro difusor de novos conceitos, estilos de vida e marcas de produtos. Assumi o papel educativo antes desempenhado pela propaganda.

O varejo de hoje lembra as catedrais góticas da Idade Média, feitas para embasbacar os burgueses. Nestas novas catedrais do consumo, o ser humano encontra o ambiente lúdico que abre mais facilmente os cordões da bolsa. Não são meras especulações filosóficas. Esse novo papel do varejo influi nas estratégias de comunicação com o consumidor e desvia para o ponto-de-vendas grandes verbas, antes destinadas à propaganda na mídia.

Francisco Graciosos, Época Negócios, maio de 2008.

Com base no texto V, responda as questões 14 e 15.

QUESTÃO 14

Sobre o texto, é **incorreto** dizer.

- O varejo na era do espetáculo é o tema discutido pelo autor.
- O autor problematiza o varejo, discutindo o seu novo papel na sociedade contemporânea.
- Para o autor, o varejo exerce um papel educativo.
- Para o autor as “novas catedrais do consumo” são as propagandas na mídia tradicional.
- As vendas a varejo têm difundido novos conceitos.

QUESTÃO 15

Com base no texto, pode-se dizer, **exceto**.

- O varejo é considerado como um veículo de construção de imagem de marca, tanto quanto a mídia tradicional.
- O varejo é considerado a arena da comunicação com o mercado.
- O autor estabelece uma oposição entre a sofisticação das catedrais e o glamour dos shopping center.
- O uso da conjunção “não só... mas também”, no final do segundo parágrafo, estabelece, entre as idéias relacionadas, um sentido de adição.
- O enunciado “o espetáculo é a alma do negócio” estabelece uma relação de intertextualidade.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

FIGURA 1

	A	B	C	D	E	F	G
1							
2	TABUADA						
3							
4	TABUADA DO NÚMERO					4	
5	4	X	1	=	4		
6	4	X	2	=	8		
7	4	X	3	=	12		
8	4	X	4	=	16		
9	4	X	5	=	20		
10	4	X	6	=	24		
11	4	X	7	=	28		
12	4	X	8	=	32		
13	4	X	9	=	36		
14	4	X	10	=	40		
15							
16							
17							
18							

QUESTÃO 16

Na FIGURA 1, tem-se um modelo de planilha elaborado utilizando-se o MS Excel 2003. As células da planilha estão bloqueadas para digitação e/ou edição, exceto a célula F4, para que o usuário possa informar um número para o cálculo da tabuada correspondente.

Das alternativas abaixo, qual descreve o procedimento **correto** para bloquear todas as células de uma planilha, exceto a célula F4?

- Selecionar todas as células, exceto F4, clicar no menu Arquivo, depois em Salvar como. Na caixa de diálogo Salvar como, clicar na opção Ferramentas e Opções Gerais, digitar a senha, confirmar a senha e clicar em OK.
- Selecionar todas as células, exceto F4, clicar no menu Ferramentas, depois em Proteger e em seguida, em Proteger Planilha. Marcar todas as opções, digitar a senha e clicar em OK, confirmar a senha e clicar em OK novamente.

- c. Selecionar a célula F4, clicar no menu Formatar, depois em Células e selecionar a guia Proteção. Desmarcar a opção “Bloqueadas” e clicar em OK. Clicar no menu Ferramentas, depois em Proteger e em seguida em Proteger Planilha. Marcar as opções selecionar células bloqueadas e selecionar células desbloqueadas, digitar uma senha e clicar em OK, confirmar a senha e clicar em OK novamente.
- d. Clicar no menu Ferramentas, depois em Proteger e compartilhar pasta de trabalho, marcar a opção compartilhar com alterações de controle, digitar uma senha e clicar em OK, confirmar a senha e clicar em OK novamente.
- e. Clicar no menu Ferramentas, depois em Proteger pasta de trabalho, marcar a opção Estrutura da Planilha, depois em desproteger F4, digitar uma senha e clicar em OK, confirmar a senha e clicar em OK novamente.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa que apresenta o conceito de Modelo de Referência ISO OSI.

- a. É a sigla para International Standards Organization Open Systems Interconnection e é responsável pela padronização da interconexão de sistemas abertos à comunicação com outros sistemas.
- b. É a sigla para International Standards Organization Open Systems Interconnection e é responsável pela padronização dos websites disponíveis na Internet.
- c. É a sigla para International Standards Organization Operating Systems Internet e é responsável pela padronização dos websites disponíveis na Internet.
- d. É a sigla para International Standards Organization Operating Systems Internet e é responsável pela padronização da interconexão de sistemas abertos à comunicação com outros sistemas.
- e. É a sigla para International Standards Organization Operating Systems Internet e é responsável pela elaboração dos navegadores de Internet, como Mozilla Firefox e Microsoft Internet Explorer.

QUESTÃO 18

Com relação a diferença entre computadores analógicos e digitais assinale a alternativa **correta**.

- a. O analógico utiliza símbolos matemáticos e os resultados são exatos; o digital utiliza grandezas físicas e os resultados são aproximados.
- b. O analógico utiliza símbolos matemáticos e os resultados são aproximados, o digital utiliza grandezas físicas e os resultados são aproximados.
- c. O analógico utiliza grandezas físicas e os resultados são exatos; o digital utiliza símbolos matemáticos e os resultados são aproximados.

- d. O analógico utiliza grandezas físicas e os resultados são aproximados; o digital utiliza símbolos matemáticos e os resultados são exatos.
- e. O analógico utiliza grandezas físicas e os resultados são exatos; o digital utiliza símbolos matemáticos e os resultados são exatos.

QUESTÃO 19

Das alternativas abaixo, apenas uma das opções está **incorreta**, assinale-a.

- a. Word, WordPerfect, BrOffice.org Writer são processadores de texto de grande aceitação mundial.
- b. Uma das características do editor de textos é a capacidade de fazer ordenação de registros lógicos.
- c. Um processador de textos moderno permite visualizar o texto na tela da mesma forma como ele sairá na impressora.
- d. A separação automática de sílabas e a hifenização são características importantes dos processadores de textos.
- e. A utilização de fontes de tamanhos diferentes permite-nos dar uma melhor apresentação ao texto nos processadores modernos.

QUESTÃO 20

No que diz respeito à Memória Auxiliar de um computador, assinale a alternativa **correta**.

- a. Um dispositivo volátil que registra dados temporariamente.
- b. Um dispositivo que registra apenas programas.
- c. Um meio prático de guardar programas e dados para uso.
- d. A responsável pelo controle dos equipamentos de entrada e saída de dados.
- e. A responsável pelo controle da interface e gestão de energia.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 21

Em um determinado país, uma mercadoria é vendida, no primeiro dia do ano, a R\$ 250,00. Considerando que a inflação acumulada no ano foi de 69,5% e que a mercadoria é reajustada de acordo com a inflação, pode-se então dizer que no final de 12 meses, o preço desta mercadoria será.

- a. R\$ 423,75
- b. R\$ 476,65
- c. R\$ 376,75
- d. R\$ 483,85
- e. R\$ 523,85

QUESTÃO 22

Em um teste, um candidato deve responder 15 perguntas. A primeira pergunta vale 1 ponto, a segunda vale 2 pontos, a terceira vale 4 pontos, a quarta vale 8 pontos e assim sucessivamente, dobrando sempre. O candidato responde a todas as perguntas e ganha os pontos correspondentes às perguntas que acertou, mesmo que erre algumas. Se o candidato obteve 2.729 pontos, quantas perguntas ele acertou?

- a. 8
- b. 10
- c. 12
- d. 6
- e. 5

QUESTÃO 23

Em uma pesquisa sobre salário mínimo, sabe-se que uma população de 1000 trabalhadores, o número deles (trabalhadores) com salário igual a x salários mínimos é inversamente proporcional a x . Sabe-se que metade desses trabalhadores recebe um salário mínimo. Quantos dos 1000 trabalhadores recebem quatro salários mínimos?

- a. 155
- b. 125
- c. 250
- d. 350
- e. 275

QUESTÃO 24

Uma pessoa faz um investimento de R\$ 15 000,00 por 50 dias a uma taxa de 1.5% ao mês. No momento do resgate teve que pagar R\$ 198,50 referentes à taxa bancária. Logo, esta pessoa depois dos 50 dias de aplicação terá um ganho (rendimento) de.

- a. R\$ 176,50
- b. R\$ 258,50
- c. R\$ 196,50
- d. R\$ 178,50
- e. R\$ 256,50

QUESTÃO 25

Quanto é 8% de uma hora?

- a. 48 minutos
- b. 4 minutos e 48 segundos
- c. 48 minutos e 4 segundos
- d. 1,8 minutos
- e. 64 segundos

ESTATÍSTICA

QUESTÃO 26

Os elementos fundamentais de séries estatísticas são “fato”, “local” e “época”. Aplicando corretamente estes elementos, é solicitado apresentar a arrecadação de ICMS dos municípios X, Y e K de Mato Grosso, referente ao mês de abril de 2008.

Esta apresentação é classificada como série estatística:

- a. Histórica
- b. Geográfica
- c. Específica

- d. Heterógrada
- e. Fatorial

ENUNCIADO Z

Com base em uma amostra de 40 municípios, foi efetuado um estudo sobre habitantes em uma região Z de Mato Grosso, no ano de 2000. Os dados foram agrupados em 4 classes (Ci) de habitantes e respectivas freqüências (fi) de municípios, conforme segue.

Classes (Ci)-	Freqüências (fi)
2000 — 52000	23
52000 — 102000	10
102000 — 152000	5
152000 — 202000	2
	40

Com base nos dados do enunciado Z, responda as questões de 27 a 30.

QUESTÃO 27

O ponto médio da 3ª classe é:

- a. 2500 habitantes
- b. 127 municípios
- c. 25 municípios
- d. 127000 habitantes
- e. 100000 habitantes

QUESTÃO 28

A média de habitantes dos municípios da região Z, calculada com base no ponto médio, assume o seguinte valor.

- a. 102000
- b. 127000
- c. 59500
- d. 77000
- e. É impossível calcular

QUESTÃO 29

Com relação a habitantes nos municípios da região Z, a moda (segundo Czuber) e a mediana assumem, respectivamente, os seguintes valores (em números inteiros).

- a. 33944 e 45478
- b. 52000 e 33944
- c. 17475 e 45478
- d. 33944 e 52000
- e. 59500 e 52000

QUESTÃO 30

A magnitude da variação de habitantes entre municípios na região Z é indicada pelo desvio padrão e pelo coeficiente de variação (ou de dispersão), cujos valores (mais aproximados) respectivos são.

- a. 44649,6 habitantes e 75 %
- b. 75 % e 44649,6 habitantes
- c. 100 habitantes e 50 %
- d. 77750 habitantes e 25 %
- e. 1993,5 habitantes e 75 %

HISTÓRIA

QUESTÃO 31

Ao sistema de abastecimento e de transporte de pessoas, implementado através dos rios, que se dirigiam a Mato Grosso no período colonial, deu-se o nome de Monções. Em relação a esse sistema, é **incorreto** afirmar.

- Os varadouros eram partes do trajeto, em que as canoas e as bagagens eram carregadas no ombro dos índios ou dos africanos, atravessando trechos de terra, localizados entre as cabeceiras dos rios navegados.
- Os índios aliados auxiliaram os paulistas como guias nas viagens, uma vez que dominavam as melhores rotas a percorrer, identificavam as cachoeiras, suas transposições e os varadouros.
- Esse sistema era feito duas vezes ao ano e a viagem durava de quatro a seis meses, dependendo do volume das águas.
- As monções que se dirigiam de São Paulo para Mato Grosso percorriam um único roteiro, saindo de Porto Feliz, seguindo pelos rios Tietê, Grande, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá.
- Os produtos agrícolas, de primeira necessidade, como o feijão, a mandioca, a farinha de mandioca, a cachaça e o açúcar eram produzidos em localidades próximas a Cuiabá. Tudo o mais de que os mineradores necessitavam, chegavam das capitânicas de São Paulo ou do Grão-Pará.

QUESTÃO 32

Quanto à Rusga, revolta que se desenvolveu em Mato Grosso durante a Regência, pode-se afirmar.

- Foi composta majoritariamente pelos Caramurus, grupo político que desejava o retorno de Dom Pedro I e a volta do Brasil à condição de colônia.
- Havia uma forte articulação dos revoltosos com movimentos semelhantes que se desenvolviam no Pará, na Bahia e no Rio Grande do Sul.
- Foi um movimento popular, tendo sido plural em suas reivindicações, como a defesa da abolição da escravatura.
- Os liberais radicais, liderados por Poupino Caldas, desejavam, com a Rusga, expulsar da província e exterminar o poder dos grandes comerciantes, proprietários de terras e de escravos.
- Foi organizada pela Sociedade dos Zelosos da Independência, composta por elementos da elite burocrática, profissionais liberais e componentes da Guarda Nacional.

QUESTÃO 33

Nas primeiras duas décadas da República em Mato Grosso, ocorreram intensas disputas políticas, tendo

como marca o fenômeno do coronelismo. É característico desse processo.

- Ausência de violência nas disputas políticas e solução das divergências por intermédio de acordos e alianças.
- Em Mato Grosso o poder e influência das oligarquias estavam concentradas nas mãos de diversas famílias, que ora se uniam, ora se separavam, de acordo com seus interesses.
- O poder das oligarquias e dos coronéis foi obstáculo para que os governantes pudessem levar a contento os seus projetos, uma vez que esses se negavam a afirmar alianças e compromissos.
- As disputas entre o comerciante Generoso Ponce e o usineiro Totó Paes, foram marcadas pela cordialidade e alto nível, chegando sempre a um entendimento aceito por todos.
- A ascensão de Dom Aquino Corrêa ao governo de Mato Grosso significou o predomínio de uma das frações oligárquicas na disputa conhecida como “Caetanada”.

QUESTÃO 34

Com a Revolução de 1930 e a chegada ao poder de Getúlio Vargas, o Brasil ganhou uma nova configuração política. Em relação a este período em Mato Grosso, **não** se pode afirmar.

- As ações repressivas tomadas pelo primeiro interventor em Mato Grosso, Antonino Mena Gonçalves, foram bem recebidas pela oligarquia agrária do Estado.
- A parte sul do então Estado de Mato Grosso, sob o comando do general Bertoldo Klinger, aderiu à Revolução Constitucionalista de 1932, encabeçada por São Paulo, arregimentando tropas e enviando-as para o conflito.
- A adesão dos habitantes da parte sul do Estado de Mato Grosso à Revolução Constitucionalista de 1932 teve como consequência a formação de um governo independente de Cuiabá, gerando assim uma dualidade governativa.
- O governo do interventor Júlio Müller foi marcado por obras que mudaram a paisagem urbana de Cuiabá, como, por exemplo, a construção do Cine Teatro Cuiabá, do Grande Hotel e da avenida Getúlio Vargas.
- A Marcha para o Oeste, desenvolvida durante o governo Vargas, visava ocupar extensas áreas de terras do oeste brasileiro, processo este, que resultou na formação de cidades na região sul do Estado de Mato Grosso.

QUESTÃO 35

Em relação à história do movimento que levou ao processo de divisão do Estado de Mato Grosso, é **correto** afirmar.

- a. A divisão do Estado de Mato Grosso e a criação do Estado de Mato Grosso do Sul foram resultado de um processo democrático desenvolvido durante o governo do general Ernesto Geisel.
- b. Antes da decisão do presidente Ernesto Geisel, de dividir o Estado de Mato Grosso essa questão não havia sido objeto de debates, ações e disputas entre lideranças políticas das regiões sul e norte do Estado.
- c. Essa cisão territorial representou a concretização de lutas históricas, defendidas por lideranças políticas do sul de Mato Grosso, que remontam ao final do século XIX.
- d. A divisão não foi um processo tranquilo porque as lideranças políticas de Cuiabá e Campo Grande tinham interesses e objetivos comuns.
- e. Os dois Estados, resultantes da divisão, tiveram seu desenvolvimento econômico e populacional comprometidos por aquele processo.

- c. Apenas I e IV estão corretos.
- d. Apenas II e IV estão corretos.
- e. Apenas IV e V estão corretos.

QUESTÃO 37

O clima de Mato Grosso é tipicamente tropical com duas estações, uma seca, e outra chuvosa. A pluviosidade interfere diretamente na hidrologia das três grandes bacias hidrográficas a que os rios mato-grossenses pertencem.

Assinale a alternativa que apresenta essas três grandes bacias.

- a. Amazonas, Paraná e São Francisco.
- b. Paraguai, Paraná e Tocantins.
- c. Araguaia, Paraná e Amazonas.
- d. Paraná, Amazonas e Tocantins.
- e. São Francisco, Tocantins e Paraná.

QUESTÃO 38

O avanço ocupacional em Mato Grosso a partir dos anos de 1970 caracterizado, sobretudo pela presença de projetos de colonização, grandes empresas agropecuárias e forte urbanização, desencadeou intenso desmatamento e queimadas, que em poucos anos, alterou significativamente os domínios biogeográficos, principalmente o Cerrado. Para preservar partes destes domínios foram criadas “áreas protegidas”, tais como: Pantanal Mato-grossense, Ilha Taiamã, Parque da Chapada dos Guimarães, Serra Ricardo Franco, Parque do Cristalino, Estação Ecológica Serra das Araras.

Essas áreas estão localizadas respectivamente no:

- a. Pantanal Mato-grossense e Ilha Taiamã na região sul; Serra Ricardo Franco e Parque do Cristalino a leste; Parque da Chapada dos Guimarães e Estação Ecológica das Araras no centro sul do Estado.
- b. Pantanal Mato-grossense e Ilha Taiamã na região sul; Serra Ricardo Franco a oeste, Parque Cristalino ao norte, Estação Ecológica das Araras e Chapada dos Guimarães no centro-sul do Estado.
- c. Pantanal Mato-grossense e Ilha Taiamã na região sul, Serra Ricardo Franco a oeste, Parque Cristalino ao norte, Estação Ecológica das Araras a leste e Chapada dos Guimarães ao norte do Estado.
- d. Pantanal Mato-grossense e Ilha Taiamã na região oeste, Serra Ricardo Franco e Parque Cristalino a oeste, Estação Ecológica das Araras e Chapada dos Guimarães no centro sul do Estado.
- e. Pantanal Mato-grossense e Ilha Taiamã na região sul, Serra Ricardo Franco Estação Ecológica das Araras a oeste, Parque Cristalino ao norte e Chapada dos Guimarães no centro-sul do Estado.

GEOGRAFIA

QUESTÃO 36

Analise os itens abaixo.

- I O processo de ocupação e formação territorial de Mato Grosso apresenta duas fases distintas. A primeira, de características pré-capitalistas, centrada no extrativismo mineral e vegetal, paralela à agricultura de subsistência e da pecuária extensiva. A segunda, e atual refere-se à inserção de Mato Grosso na economia de mercado, caracterizada pela disseminação e projetos de colonização e modernização agropecuária.
- II A expansão da pecuária em Mato Grosso deu-se a partir do século XIX e atualmente constitui-se na maior fonte econômica do Estado.
- III A extração da borracha em Mato Grosso figurou como uma importante fonte econômica no final do século XIX e início do século XX. A borracha era extraída principalmente nos seringais, na bacia do rio Paraguai e seus afluentes.
- IV A estratégia de integração nacional, iniciada em 1940 com a “Marcha para Oeste”, teve impulso definitivo com a intensificação do processo de modernização industrial no centro-sul e articulado às ações de expansão agrícola do Centro-Oeste e Amazônia, durante os governos militares. Mato Grosso teve um papel peculiar no contexto econômico nacional.
- V As estratégias governamentais de ocupação promoveram uma distribuição homogênea das terras mato-grossenses. No contexto político atual são 136 unidades municipais.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretos.
- b. Apenas II e III estão corretos.

QUESTÃO 39

No Estado de Mato Grosso as atividades agropecuárias são praticadas predominantemente.

- No Planalto e Chapada dos Parecis, Planalto dos Alcantilador e Chapada dos Guimarães, a pecuária de corte e agricultura diversificada e de subsistência; na Depressão Alto Paraguai, a cana-de-açúcar e pastagem, na região de Barra dos Bugres; nos Planaltos do Jauru e de Tapirapuã, a cana-de-açúcar, agricultura diversificada e pecuária.
- No Planalto e Chapada dos Parecis, Planalto dos Alcantilados e Chapada dos Guimarães, a produção de soja, milho e algodão; na Depressão do Alto Paraguai, a cana-de-açúcar, soja e algodão; nos Planaltos de Jauru e Tapirapuã, a produção de gado de corte.
- No Planalto e Chapada dos Parecis predominam as culturas de soja e cana-de-açúcar; no Planalto dos Alcantilados, a soja; na Chapada dos Guimarães, soja, algodão e milho; na Depressão do Alto Paraguai; a cana-de-açúcar, de soja e pecuária; nos Planaltos do Jauru e de Tapirapuã a produção de grãos e pecuária.
- No Planalto e Chapada dos Parecis, as culturas de soja e milho; no Planalto dos Alcantilados, a soja e algodão; na Chapada dos Guimarães, milho, soja e pecuária; na Depressão do Alto Paraguai predominam as pastagens e cana-de-açúcar, e nos Planaltos do Jauru e de Tapirapuã, as lavouras diversificadas e criação de gado leiteiro e de corte.
- No Planalto e Chapada dos Parecis, Chapada dos Guimarães e Planalto dos Alcantilados cultivam-se principalmente soja, milho e algodão; na Depressão do Alto Paraguai e nos Planaltos do Jauru e de Tapirapuã, predominam as culturas de cana-de-açúcar e pastagens na região de Barra do Bugres; grãos e pastagens em Tangará da Serra e agricultura diversificada, pecuária leiteira e de corte em Mirassol do Oeste, Jauru e Araputanga.

QUESTÃO 40

Por Mato Grosso ser um Estado com características históricas, sociais, culturais e principalmente pelas dimensões territoriais, em 2005 desencadeou-se uma discussão entre as lideranças políticas e empresarias, por uma nova divisão territorial do Estado. Nesse sentido, os movimentos pró-divisão que tramitam no Congresso Nacional pretendem criar novos estados em Mato Grosso. Assinale a alternativa que corresponde com todas as denominações das divisões dos novos estados.

- O território Federal do Araguaia, O Estado do Araguaia e O Estado de Mato Grosso do Norte.
- O território Federal do Araguaia, O Estado do Araguaia e O Estado de Mato Grosso do Norte e o Estado do Pantanal.

- O território do Meio Norte, O Estado do Araguaia e O Estado do Leste Mato Grosso.
- O território Federal do Araguaia, O Estado do Meio Norte de Mato Grosso e O Estado do Pantanal.
- O território Federal do Araguaia, O Estado do Araguaia e O Estado do Meio Norte de Mato Grosso.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 41

É possível tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados para a arrecadação de certos tributos.

Com relação à afirmativa acima, é **correto** afirmar que:

- poderá ser levada a efeito, desde que seja feita por lei ordinária.
- mediante decreto o Executivo poderá conceder isenções às empresas acima, dispensando novo disciplinamento legislativo.
- não poderá ser levada a efeito a assertiva acima por ofensa ao princípio da isonomia.
- poderá ser levada a efeito, desde que seja feito através de lei complementar.
- é uma norma auto-aplicável sem necessidade de lei ordinária ou complementar para ser implementado.

QUESTÃO 42

Assinale as afirmativas e assinale com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.

- () A competência tributária é atribuída a todos entes políticos, autarquias e fundações públicas para criar, exigir e compelir judicialmente o contribuinte ao tributo previamente por elas estabelecido.
- () Compete aos Estados e Distrito Federal instituírem impostos tais como o ICMS, ITCD e IPVA.
- () O IPI será seletivo, não cumulativo e deverá incidir sobre as operações de produtos industrializados que sejam comercializados em território nacional e que venham a ser destinados ao exterior.
- () O “ouro” quando se constituir em ativo financeiro deverá incidir IOF de competência da União, sem transferência de qualquer percentual para os demais entes político.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta**.

- F F V V
- V V F V
- F V F F

- d. V F V V
- e. F V V F

QUESTÃO 43

Assinale a alternativa **correta**.

- a. O Senado Federal através de resolução aprovada por maioria simples de seus membros, fixará as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação, relativos aos impostos dos Estados e do Distrito Federal.
- b. Com relação ao imposto extraordinário no caso de guerra externa, o princípio da anterioridade e legalidade devem ser observados.
- c. A Constituição Federal prevê que a contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas, tenha por limite o valor total da obra e o valor da melhoria alcançada e, que previamente seja precedida de referendo popular na comunidade para sua efetivação.
- d. A taxa poderá ter como base de cálculo o imposto devido, mas não incidirá sobre eventuais contribuições de melhoria.
- e. As operações e prestações de bens e serviços destinadas a consumidor final localizado em outro Estado da federação deverá ser adotado o critério da alíquota interna para cobrança do imposto, quando, o destinatário não for contribuinte do referido imposto.

QUESTÃO 44

Com relação ao tributo estadual – ICMS – é **correto** afirmar.

- a. Deverá incidir sobre bens e mercadorias importados do exterior por pessoa física ou jurídica, não incluindo a aquisição por meio de “leasing”.
- b. Deverá incidir sobre bens e mercadorias importados do exterior por pessoa física ou jurídica, incluindo a aquisição por meio de “leasing”.
- c. Deve incidir em operações que destinem mercadorias ao exterior sob pena de abrir mão de receita fiscal.
- d. Deverá incidir sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos, dele derivados e energia elétrica.
- e. Não será observado o princípio da não cumulatividade quando as operações tenham iniciado em outro Estado e estejam vinculadas com prestação de serviços.

QUESTÃO 45

Assinale a alternativa que completa a afirmativa abaixo.

“As Limitações Constitucionais se constituem um ‘freio’ ao poder de tributar de cada ente político e, assim, podemos afirmar que abrangem”:

- a. os princípios constitucionais, as imunidades e resoluções do Senado Federal.
- b. somente os princípios constitucionais.

- c. somente as regras de imunidade previstas pela Constituição.
- d. somente a isenção.
- e. as normas contidas pela legislação ordinária de cada ente político somente.

QUESTÃO 46

Nos termos do Código Tributário Nacional, fixado no artigo 111, interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

- a. Remissão.
- b. Compensação.
- c. Prescrição.
- d. Parcelamento do crédito tributário.
- e. Dispensa do cumprimento da obrigação principal e acessória.

QUESTÃO 47

Assinale a alternativa **incorreta**.

- a. O direito à restituição do crédito tributário extingue com o decurso do prazo de cinco (5) anos.
- b. A ocorrência da decadência seria um dos fatores que impediria o fisco de lançar o tributo devido.
- c. A restituição de tributos que comportem transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o encargo ou, se transferiu a terceiro, estar autorizado por este a recebê-la.
- d. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
- e. Prescreve em cinco (5) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar o pedido de restituição.

QUESTÃO 48

O texto constitucional previsto no § 7º do art. 150 da CF diz que “A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de impostos ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido”.

Sobre esse texto, é **correto** afirmar.

- a. Que se trata do regime de substituição para trás.
- b. Que fica assegurada ao contribuinte a restituição se o fato gerador presumido vier a ocorrer em valor inferior ao pré-estabelecido.
- c. O direito à restituição é garantido em caso de não ocorrência do fato gerador por parte do contribuinte.
- d. Trata-se de hipótese de responsabilidade na modalidade de sucessão.
- e. Um privilégio relativo ao crédito tributário e um benefício ao contribuinte.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa **incorreta**.

- A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
- O lançamento realizado e notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado através da impugnação desse.
- O lançamento reporta-se da data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei vigente.
- O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta, sendo constituído pelo lançamento.
- O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiros quando um ou outro na forma da legislação tributária prestar informações à autoridade administrativa sobre matéria de fato, indispensáveis a sua efetivação.

QUESTÃO 50

Com relação à Dívida Ativa, analise as afirmações.

- Somente se inscrevem em dívida ativa créditos tributários.
- A dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.
- Os créditos inscritos em dívida ativa e não executados prescrevem em cinco (5) anos.
- Tem efeito de prova pré-constituída, sendo sua presunção absoluta, cabendo ao sujeito passivo realizar prova para desconstituir.
- A cobrança judicial da dívida ativa caberá ao representante judicial do ente político, que o fará através de petição inicial do processo executivo, juntando a Certidão de Dívida Ativa devidamente preenchida.

Assinale a alternativa em que todos os itens estão **corretos**.

- I II IV
- II III V
- II III IV
- I III IV
- I II V

QUESTÃO 51

Nos termos do Código Tributário Nacional é **incorreto** afirmar.

- O termo de inscrição de dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente o nome do devedor e os responsáveis, seus domicílios e residências; a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos; a origem do crédito e as disposições de lei em que se funda; a data da sua inscrição; número do processo administrativo que originou o crédito.
- A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feito

por certidão negativa, expedida a requerimento do interessado.

- As omissões constantes na certidão de dívida ativa podem ser sanadas até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula.
- Inexiste a possibilidade de certidão positiva com efeitos de negativa ante a liquidez e certeza do crédito tributário mesmo tendo a exigibilidade suspensa decorrente de penhora, por falta de previsão legal.
- A dívida regularmente inscrita goza da presunção de liquidez e certeza, tendo efeito de prova pré-constituída em favor do fisco.

QUESTÃO 52

A isenção é uma das formas de exclusão do crédito tributário e, assim, é **correto** afirmar.

- A isenção pode ser restrita à determinada região do território da entidade tributante.
- A isenção deve ser extensiva às taxas e contribuições de melhoria relativas ao contribuinte beneficiado.
- A isenção abrange os fatos ocorridos até a edição da lei que a discipline.
- A isenção em caráter geral é efetiva por despacho da autoridade administrativa, mediante requerimento do interessado.
- A isenção independe de forma de concessão, pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo.

QUESTÃO 53

Com relação à anistia, o Código Tributário Nacional faz menção que.

- Somente será concedida em caráter limitado.
- A anistia concedida limitadamente não necessita de despacho da autoridade em função do interessado não precisar preencher requisitos.
- Abrange as infrações praticadas anteriormente à vigência da lei que a concede.
- É uma das causas de suspensão do crédito tributário.
- É efetivada, em cada caso, quando concedida em caráter geral, por despacho a autoridade administrativa, gerando direito adquirido ao interessado.

QUESTÃO 54

De acordo com o Código Tributário Nacional, além de outras hipóteses, seriam causas de suspensão do crédito e de extinção do crédito, respectivamente.

- Moratória e depósito do montante integral.
- A concessão de tutela antecipada e a liminar em mandado de segurança.
- A compensação e a prescrição.
- Dação em pagamento e transação.
- A concessão de tutela antecipada e conversão do depósito em renda.

QUESTÃO 55

Com relação às Garantias e Privilégios do crédito tributário é **correto** afirmar.

- a. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário a inscrito em dívida ativa.
- b. Na hipótese do devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens a penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens.
- c. A indisponibilidade de bens e direitos do devedor que devidamente citado não oferecer bens para penhora será transmitida por carta com aviso de AR, exclusivamente, para os órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens.
- d. O concurso de preferência somente se verifica na ordem dos entes políticos observando a relação, inicialmente a União, Municípios, Estados e Distrito Federal.
- e. O crédito tributário prefere a qualquer outro, observando somente o concurso de preferência.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA ESTADUAL

QUESTÃO 56

A respeito do ITCD, assinale a alternativa **correta**.

- a. O fato gerador do referido imposto ocorre exclusivamente na hipótese de herança de bens imóveis.
- b. O imposto incide em transmissões *causa mortis* ou doações cujos legatários ou donatários sejam templos de qualquer culto, independente de qualquer condição.
- c. O imposto incide, também, sobre os rendimentos dos bens do espólio após o falecimento do autor da herança, mas desde que sejam anteriores à abertura do inventário.
- d. Para definir o sujeito ativo do ITCD, considera-se o Estado onde se processa o inventário.
- e. São isentas do ITCD as verbas de natureza trabalhista deixadas pelo autor da herança, reconhecidas em processo judicial.

QUESTÃO 57

Ainda sobre o ITCD, considere a seguinte situação e assinale a alternativa **correta**:

- José faleceu em Poconé, Mato Grosso, onde residia, no dia 10/01/2007, deixando a viúva e cinco filhos maiores. O autor da herança deixou bens, constituídos de um imóvel rural situado em Poxoréu, Mato Grosso, no valor atribuído pelos herdeiros de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), direitos creditórios de titularidade do *de cujus* com particulares e um automóvel. O arrolamento é

aberto na Comarca de Cuiabá, local de residência dos filhos.

- a. O sujeito ativo do ITCD é o Estado de Mato Grosso, porque o inventário se processa em Cuiabá, capital do Estado.
- b. Sobre os direitos creditórios transferidos para os herdeiros, não há incidência do ITCD.
- c. O contribuinte deverá apresentar declaração à repartição fiscal competente, no prazo de 30 dias contados do despacho que determinar o pagamento do imposto, informando o valor dos bens e as suas características, possibilitando à administração tributária, mediante avaliação, lançar o ITCD por arbitramento se o valor declarado pelos herdeiros, ainda que coincidente com o declarado para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, for inferior ao de mercado.
- d. A base de cálculo do ITCD, em relação ao imóvel, será o valor total atribuído pelos herdeiros, desde que coincida com o valor declarado pelo contribuinte para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.
- e. Em todo caso, é imprescindível a realização de avaliação judicial, com a qual deverá concordar a Procuradoria-Geral do Estado.

QUESTÃO 58

No concernente à lei estadual 7.301, de 17 de julho de 2000, que institui o Imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA, assinale a alternativa **correta**.

- a. Para a quantificação da base de cálculo, não se deve considerar o estado de conservação do veículo individualmente considerado.
- b. A competência para fiscalização do IPVA é do Departamento Estadual de Trânsito, competindo à Secretaria de Estado de Fazenda apenas a supervisão e a arrecadação do tributo.
- c. O IPVA não incide sobre a propriedade de veículo de entidade representativa de empregadores.
- d. O adquirente do veículo automotor apenas se responsabiliza pela incidência do IPVA posterior à data da aquisição, não respondendo por débitos anteriores, que são de responsabilidade do alienante.
- e. É possível a compensação de indébito tributário de IPVA, devidamente apurado pela autoridade fazendária, com débito de IPVA relacionado a outro veículo do mesmo sujeito passivo.

QUESTÃO 59

Acerca do Processo Administrativo Tributário e da constituição do crédito tributário no Estado de Mato Grosso, assinale a alternativa **correta**.

- a. É requisito de validade da Notificação Auto de Infração a assinatura do contribuinte para, no prazo de 30 dias, pagar o crédito tributário ou

apresentar impugnação, por escrito, devendo o autuante relatar a eventual recusa do sujeito passivo em assinar a peça.

- b. O contencioso administrativo tributário se instaura com a notificação pessoal do sujeito passivo da lavratura do lançamento de ofício, materializado pela Notificação Auto de Infração – NAI.
- c. A existência de ação judicial, com depósito em dinheiro da integralidade do crédito tributário, proposta pelo contribuinte, não impede a lavratura da Notificação Auto de Infração – NAI.
- d. O crédito tributário é constituído, nos tributos de competência do Estado de Mato Grosso, exclusivamente pela Notificação Auto de Infração – NAI, que é justamente o lançamento de ofício realizado por integrante do Grupo TAF.
- e. Se não houver impugnação ao lançamento de ofício, será lavrado Termo de Revelia, seguindo-se, imediatamente, para o julgamento antecipado pela Câmara Julgadora do Conselho de Contribuintes.

QUESTÃO 60

A lei 8.797, de 8 de janeiro de 2008, regulamenta o Processo Administrativo Tributário e institui o Conselho de Contribuintes. Sobre o tema, analise os itens abaixo.

- I. De toda decisão dos julgadores que compõem a Câmara de Julgamento, em processo administrativo tributário, prejudicial aos interesses do contribuinte, cabe pedido de revisão do julgado, total ou parcialmente, com pedido de efeito suspensivo ou devolutivo.
- II. Se o conselheiro relator do pedido de revisão do julgado verificar, nas provas produzidas nos autos, que há fato gerador não considerado pelo autor do procedimento, é imprescindível, sob pena de nulidade, que o processo seja convertido em diligência, para que seja possibilitado ao agente fiscal retificar a Notificação Auto de Infração e acrescer o fato gerador omitido, quando então o curso do processo administrativo tributário será retomado.
- III. Na perícia deferida pelo julgador do processo administrativo tributário, o perito da Fazenda Pública, que deve ser integrante do Grupo TAF, poderá alterar o valor do crédito tributário, desde que acompanhada da devida fundamentação.
- IV. Não haverá reexame necessário quando houver a extinção do processo administrativo tributário, no caso de desoneração do contribuinte do pagamento do crédito tributário em razão de se ter consumado a decadência de todos os fatos geradores.
- V. O Procurador do Estado, que atua no Conselho de Contribuintes, apresentará parecer escrito nos pedidos de revisão de julgado ou reexame necessário cujo valor do crédito seja igual ou superior a 10.000 UPFMT.

Assinale a alternativa em que todos os itens estão **incorretos**.

- a. I, II e IV
- b. I, II, III e V
- c. II, III, IV
- d. I e IV
- e. IV e V

QUESTÃO 61

Sobre as hipóteses de incidência do ICMS, analise os itens a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- a. O imposto incide sobre fornecimento de mercadorias com prestação de serviços.
- b. Está no campo de incidência do ICMS o fato correspondente à entrada de mercadoria importada do exterior por pessoa física ou jurídica, desde que seja contribuinte habitual do imposto devidamente cadastrado na Secretaria de Estado de Fazenda.
- c. O ICMS incide sobre a utilização de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado e não seja vinculada a operação ou prestação subsequente.
- d. Não há incidência do ICMS sobre a entrada no estabelecimento de contribuinte de bem ou mercadoria destinada a uso, consumo ou ativo permanente, porque não há posterior circulação de mercadoria.
- e. Incide o ICMS sobre a prestação de serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiro, inclusive sobre o transporte de cargas e valores.

QUESTÃO 62

O ICMS é não-cumulativo. A respeito dessa assertiva, assinale a alternativa **correta**.

- a. O princípio da não-cumulatividade, no ICMS, autoriza a compensação do crédito de qualquer imposto anteriormente cobrado nas operações de que tenha resultado a entrada da mercadoria no estabelecimento.
- b. É assegurado o crédito do ICMS incidente nas operações anteriores ainda que as operações subsequentes sejam isentas ou não tributadas, ficando, nessa situação, acumulado o crédito para aproveitamento oportuno, em outras operações.
- c. O contribuinte pode aproveitar o ICMS devido para o Estado de Mato Grosso e incidente sobre a aquisição interestadual de bem para integrar o seu ativo permanente, apurado com base na diferença entre a alíquota interestadual e a alíquota interna.
- d. Se a mercadoria entrada no estabelecimento, mediante operação tributada pelo ICMS, for objeto de saída com base de cálculo reduzida, a lei estadual pertinente exige o estorno do crédito do ICMS anteriormente cobrado na mesma proporção da redução.
- e. Tratando-se de princípio constitucionalmente assegurado, a lei estadual mato-grossense não impõe qualquer restrição temporal à

compensação do ICMS anteriormente cobrado nas operações de entrada de mercadoria no estabelecimento.

QUESTÃO 63

Analise os itens a seguir.

- I. Os agentes da Administração tributária do Estado de Mato Grosso, quando verificarem descumprimento de obrigação principal atinente ao ICMS, devem sempre constituir o crédito tributário, sob pena de responsabilidade funcional.
- II. Todo crédito tributário devidamente constituído em conformidade com a legislação tributária estadual enseja a possibilidade de defesa do contribuinte e julgamento pelo Conselho de Contribuintes.
- III. A Notificação Auto de Infração é o único meio de formalização do crédito tributário no âmbito do Estado de Mato Grosso.
- IV. Todos os bens e mercadorias apreendidos em trânsito por agentes da Administração tributária estadual, independente do motivo e desde que deixarem de ter os tributos regularizados e não forem retirados dos depósitos fazendários no prazo de 30 dias, a partir da apreensão, serão considerados abandonados e, caso frustrada a tentativa de venda em leilão, incorporarão ao patrimônio do Estado.
- V. O Termo de Apreensão e Depósito lavrado por agente da Administração tributária estadual, segundo a lei tributária estadual, constitui o crédito tributário respectivo.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. Somente os itens I e III estão corretos.
- b. Somente os itens II e V estão corretos.
- c. Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- d. Somente os itens I e IV estão corretos.
- e. Somente o item V está correto.

QUESTÃO 64

Sobre a instituição do ICMS no Estado de Mato Grosso, é **correto** afirmar.

- a. Desde 1988, com a criação do Campo de incidência no artigo 155, II, da Constituição da República, o Estado já pode exigir o ICMS dos contribuintes sediados em seu território, sendo necessária somente a edição de Lei Complementar federal para regulamentar a Constituição.
- b. Previsto na Constituição da República, o ICMS, para incidir nas operações praticadas por contribuintes mato-grossenses, depende de Lei Complementar estadual.
- c. A incidência do ICMS depende apenas do Sistema Constitucional Tributário previsto na Constituição Estadual, que é reprodução do Sistema Constitucional Tributário estabelecido na Constituição da República.

- d. O ICMS, no Estado de Mato Grosso, foi instituído e é atualmente exigido dos contribuintes com base na lei estadual nº. 7.098, de 30 de dezembro de 1998, embora a Constituição já previsse a competência tributária do Estado.
- e. A lei estadual estabelece critérios para a fiscalização do ICMS, sendo que o referido tributo pode ser exigido dos contribuintes com fundamento na competência tributária atribuída pela Constituição da República de 1988, que é obrigatória e indelegável.

QUESTÃO 65

Assinale a alternativa **correta**.

- a. É contribuinte do ICMS a pessoa jurídica que realize, com habitualidade, operações de circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- b. É contribuinte do ICMS a pessoa física que, mesmo sem habitualidade e pretensão comercial, aliene mercadoria adquirida em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados.
- c. O contribuinte do ICMS, pessoa física ou jurídica, se caracteriza pela prática de atos de comércio, ainda que sem objetivo comercial.
- d. É contribuinte do ICMS, a empresa que pratique atividade exclusiva de construção civil, porque, na obra há prestação de serviço com comercialização de mercadorias.
- e. Considera-se contribuinte do ICMS a pessoa física que pratica habitualmente atos de comércio, ainda que não inscrita no cadastro de contribuinte.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 66

Faça a correlação **correta**.

1. poder hierárquico
2. poder de polícia
3. imperatividade do ato administrativo
4. abuso de poder
5. agências executivas
6. descentralização administrativa
7. desconcentração administrativa
8. organizações sociais
9. autarquias
10. auto-executoriedade do ato administrativo

- () não abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração Pública.
- () é a possibilidade que tem a Administração Pública de, com os próprios meios, pôr em execução as suas decisões, sem precisar recorrer previamente ao Poder Judiciário.

- () é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.
- () é uma das características que distingue o ato administrativo do ato de direito privado; uma vez que este último não cria qualquer obrigação para terceiros sem a sua concordância.
- () ocorre quando a autoridade, embora competente, ultrapassa os limites ou se desvia das finalidades de suas atribuições administrativas.
- () é a qualificação jurídica dada à pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que recebe incumbência do Poder Público, mediante contrato de gestão, para desempenhar atividades que sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos em lei.
- () são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, com capacidade de auto-administração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.
- () pressupõe a existência de pessoas jurídicas diversas: aquela que originariamente tem ou teria titulação sobre certa atividade administrativa e aquela ou aquelas às quais foi atribuído o desempenho das atividades em causa.
- () é a distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica.
- () é a qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de gestão com o órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para a melhoria da eficiência e redução de custos.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **correta**.

- a. 1 10 2 3 4 8 9 7 6 5
- b. 2 3 1 10 4 5 9 6 7 8
- c. 1 10 2 3 4 8 9 6 7 5
- d. 1 3 2 10 4 9 8 6 7 5
- e. 1 3 2 10 4 9 5 6 7 8

QUESTÃO 67

Com base no que dispõe a Lei Estadual nº 7.692, de 01 de julho de 2002, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso, analise os itens a seguir.

- I. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.
- II. A Administração Pública Estadual não iniciará qualquer atuação material relacionada com a esfera jurídica dos particulares, sem a prévia expedição do ato administrativo que lhe sirva de fundamento, salvo na hipótese de expressa previsão legal.

- III. A Administração Pública Estadual deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, sempre assegurando a ampla defesa e o contraditório.
- IV. Os atos que apresentem defeitos insanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração Pública Estadual, em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- V. Nos atos discricionários, será razão de invalidade a falta de correlação lógica entre o motivo e o objeto do ato, tendo em vista sua finalidade.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II são corretos.
- b. Apenas II e III são corretos.
- c. Apenas I, II, III e V são corretos.
- d. Apenas II e IV são corretos.
- e. Todos os itens são corretos.

QUESTÃO 68

Com fundamento na legislação estadual concernente à matéria, analise os itens a seguir.

- I. Competência é a fração do poder político autônomo do Estado, conferida pela Constituição ou pela lei como própria e irrenunciável dos órgãos administrativos, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- II. Um órgão administrativo estadual, por meio de seu titular, poderá delegar a outro órgão a competência para a decisão de recursos administrativos, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, sendo o ato de delegação revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
- III. As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se como editadas pelo delegado.
- IV. Não podem ser objeto de delegação a competência para edição de atos normativos que regulam direitos e deveres dos administrados.
- V. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I, II, III são corretos.
- b. Apenas I, III, IV e V são corretos.
- c. Apenas I, II e V são corretos.
- d. Apenas III, IV e V são corretos.
- e. Todos os itens são corretos.

QUESTÃO 69

O servidor público civil do Estado de Mato Grosso, “responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições” nos exatos termos do art. 148 da Lei Complementar n.º 04/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores, Públicos da Administração Direta das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, e do art. 13 da Lei Complementar n.º 207/2004, que institui o Código Disciplinar do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

Analisar os itens a seguir.

- I. O processo disciplinar, destinado a apurar responsabilidade de servidor público civil do Estado de Mato Grosso por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação mediata com as atribuições do cargo em que se encontre investido, poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstanciais suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.
- II. Da revisão do processo disciplinar, poderá resultar agravamento de penalidade, quando restar comprovada a lesão ao erário estadual e prejuízo a terceiros.
- III. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para revisão do processo disciplinar, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.
- IV. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, salvo quando ocorrer absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria, hipótese em que a responsabilidade administrativa ou civil será afastada.
- V. A ação disciplinar prescreverá em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão. O prazo de prescrição inicia-se no dia do conhecimento do fato e não se interrompe pela abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar.

Observadas essas e as demais disposições legais vigentes, concernentes à matéria, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e V são corretos.
- b. Apenas I, II e III são corretos.
- c. Apenas I, III e IV são corretos.
- d. Apenas III, IV e V são corretos.
- e. Todos os itens são corretos.

QUESTÃO 70

Acerca da responsabilidade civil do Estado, analise os itens a seguir e assinale com (V) a assertiva verdadeira e com (F) a falsa.

- () As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- () A teoria do risco administrativo confere fundamento doutrinário à responsabilidade civil objetiva do Poder Público pelos danos a que os agentes públicos houverem dado causa, por ação ou por omissão.
- () O princípio da responsabilidade objetiva não se reveste de caráter absoluto, pois admite o abrandamento e, até mesmo, a exclusão da própria responsabilidade civil do Estado, nas hipóteses excepcionais configuradoras de situações liberatórias - como o caso fortuito e a força maior - ou evidenciadoras de ocorrência de culpa atribuível à própria vítima.
- () A responsabilidade objetiva, com base no risco administrativo, admite pesquisa em torno da culpa da vítima, para o fim de abrandar ou mesmo excluir a responsabilidade da pessoa jurídica de direito público ou da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço.
- () A responsabilidade objetiva, pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros, disciplinada pela Constituição Federal no art. 37, § 6º, submete-se à sociedade de economia mista que explora atividade econômica de natureza empresarial.
- () A Constituição Federal adota, no que pertine às entidades de direito público, a responsabilidade objetiva com base na teoria do risco integral, conseqüentemente, não admite pesquisa em torno da culpa da vítima, para o fim de abrandar ou mesmo excluir a responsabilidade da pessoa jurídica de direito público ou da pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviço público.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **correta**.

- a. V V V V F F
- b. V F F F F V
- c. V V V V V F
- d. V V V V F V
- e. F V V F F F

QUESTÃO 71

A Corregedoria Fazendária é órgão com jurisdição administrativa em todo o Estado de Mato Grosso, diretamente subordinado ao Secretário de Estado de Fazenda. A Lei Estadual n.º 8.265, de 28 de dezembro de 2004, dispõe sobre a estrutura básica da Corregedoria Fazendária, suas competências e finalidades.

Assinale a alternativa que apresenta atividade que **não** é de competência da Corregedoria Fazendária.

- a. Executar inspeção, correição e auditoria interna no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, visando à regularidade dos procedimentos e à correta aplicação da legislação pertinente.
- b. Revisar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e arrecadação de tributos estaduais, inclusive junto a contribuintes, para suprir lacunas ou apurar irregularidades.
- c. Receber e apurar denúncias ou representações de irregularidades ou desvios de conduta funcional e promover os procedimentos disciplinares cabíveis, nos termos da legislação aplicável.
- d. Realizar inspeções, correições, diligências e verificações nos órgãos da Secretaria de Estado de Fazenda.
- e. O julgamento de processo administrativo disciplinar e a aplicação da sanção se a penalidade prevista for a de demissão, destituição de cargo comissionado ou cassação de aposentadoria, observada a manifestação da Procuradoria-Geral do Estado.

QUESTÃO 72

Com fundamento na Lei Federal n.º 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e na Lei Federal n.º 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. A outorga de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica justificada no ato que o poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.
- b. Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários. Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações e por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
- c. contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa.
- d. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder pelos prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a

terceiros, nos casos em que a fiscalização exercida pelo órgão competente e prevista no contrato de concessão não excluir essa responsabilidade.

- e. Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência.

QUESTÃO 73

Analise os itens acerca do controle da Administração Pública, com base na Constituição Federal.

- I. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração Direta e Indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- II. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, entre outras ações, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta, excluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- III. o exercício do controle interno, compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração Direta e Indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- IV. O Tribunal de Contas, no julgamento da legalidade de concessão de aposentadoria ou pensão, exercita o controle interno que lhe atribui a Constituição Federal, art. 71, III, no qual não está jungido a um processo contraditório ou contestatório.
- V. A Constituição Federal criou por meio da Emenda Constitucional n.º 45/2004, novo instrumento de controle do Poder Judiciário sobre os atos da Administração Pública. Trata-se da reclamação administrativa contra decisão que contrarie ou aplique indevidamente uma súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse caso, independentemente de ação judicial o Supremo Tribunal Federal, se acolher à reclamação, anulará o ato administrativo e

determinará que outro seja praticado.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e V são corretos.
- b. Apenas I, II e III são corretos.
- c. Apenas I, III e IV são corretos.
- d. Apenas III, IV e V são corretos.
- e. Todas os itens são corretos.

QUESTÃO 74

A respeito da organização da Administração Pública, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.
- b. Duas são as principais diferenças entre sociedade de economia mista e empresa pública, no direito brasileiro: a forma de organização e a composição do capital.
- c. As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública para todos os efeitos legais, e integram a Administração Pública Indireta.
- d. Os chamados serviços sociais autônomos ou entes de cooperação com o Poder Público – SESI, SESC, SENAI etc. – são entes com personalidade jurídica de direito privado e não se enquadram como entidades integrantes da Administração Pública Indireta. Essas entidades não prestam serviço público delegado pelo Estado, mas atividade privada de interesse público que o Estado resolveu incentivar e subvencionar.
- e. A Administração Pública Direta exerce sobre a Administração Pública Indireta o chamado controle finalístico ou tutela administrativa, também designado, na esfera federal, “supervisão ministerial”.

QUESTÃO 75

Em relação à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), analise os itens a seguir.

- I. A lei de improbidade administrativa considera como sujeitos ativos o agente público e o terceiro que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade, ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- II. Os atos de improbidade administrativa, classificados em três categorias (que importam enriquecimento ilícito (art. 9º); que causam prejuízo ao erário (art. 10) e que atentam contra os princípios da Administração Pública (art. 11), todos da Lei nº 8.429/1992), constituem crimes contra a Administração Pública previstos no capítulo pertinente do Código Penal ou na legislação penal extravagante.
- III. Nos termos do artigo 37, § 4º, da Constituição

Federal, os atos de improbidade importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e graduação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

- IV. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade. A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.
- V. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos efetivam-se independentemente do trânsito em julgado da respectiva sentença condenatória.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. II e V estão incorretos.
- b. I e III estão corretos.
- c. II e III estão corretos.
- d. IV e V estão incorretos.
- e. I e V estão incorretos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 76

Em relação à pesquisa e lavra dos recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica, é **correto** afirmar.

- a. Os recursos minerais pertencem à União, desde que localizadas em terras públicas de seu domínio.
- b. A transferência de concessão para exploração de recursos minerais depende de prévia anuência do proprietário do solo.
- c. As autorizações e concessões para exploração de recursos minerais não poderão ser cedidas ou transferidas total ou parcialmente.
- d. A pesquisa e a lavra de jazidos minerais somente poderão ser efetuadas no interesse nacional de empresas estrangeiras mediante autorização do Congresso Nacional.
- e. A exploração de recursos minerais em áreas privadas depende de autorização da União, assegurada a participação do proprietário do solo nos resultados da lavra.

QUESTÃO 77

No que se refere aos projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual, é **correto** afirmar.

- a. As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, quando incompatíveis com plano plurianual, somente podem ser aprovadas, caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa.

- b. As emendas ao projeto de lei do orçamento serão apresentadas na comissão do orçamento da Câmara dos Deputados, que emitirá parecer, antes de sua apreciação pelo Senado Federal.
- c. O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes das isenções e majorações tributárias.
- d. Poderão ser aprovadas emendas ao projeto de lei do orçamento, ainda que incompatíveis com o plano plurianual, caso se refiram à transferência tributárias constitucionais para os Estados.
- e. O projeto de lei relativo ao plano plurianual deverá estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

QUESTÃO 78

A Constituição Federal, ao dispor sobre a organização político administrativa da República, estabelece as competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. Compete privativamente à União legislar sobre direito financeiro.
- b. Compete concorrentemente à União e Estados legislarem sobre política de crédito e seguros.
- c. As normas estaduais sobre comércio interestadual poderão ser suplementadas pelos municípios.
- d. Compete aos Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre transporte.
- e. Compete à União estabelecer normas gerais sobre juntas comerciais, que poderão ser suplementadas pelos Estados.

QUESTÃO 79

A intervenção da União nos Estados e destes nos municípios constituiu exceção, sendo **correto** afirmar.

- a. A União poderá intervir para reorganizar as finanças da unidade da federação que suspender o pagamento de dívida fundada por mais de um ano.
- b. Será passível de intervenção o município que não tiver aplicado o mínimo exigido da receita municipal nas ações e serviços públicos considerados essenciais.
- c. A Constituição Federal não contempla a hipótese de Intervenção Federal em Municípios.
- d. O decreto de intervenção para prover a execução de lei federal somente entrará em vigor após sua apreciação pelo Congresso Nacional.
- e. Cessados os motivos da intervenção, o Prefeito Municipal afastado do cargo, a este voltará, salvo impedimento legal.

QUESTÃO 80

Em relação à tributação é **correto** afirmar.

- a. A lei complementar poderá estabelecer

critérios especiais de tributação com o objetivo de prevenir a formação de Cartéis.

- b. A União poderá instituir empréstimos compulsórios para atender despesas extraordinárias não contempladas nas hipóteses de suplementação orçamentária, pelo prazo máximo de um ano.
- c. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos antes de decorridos sessenta dias da data em que foi publicada a lei que os institui.
- d. A União poderá instituir isenção de tributos de competência do Estado, se não implicar em distinção ou preferência, em relação à Unidade Federada.
- e. Depende de lei complementar, a definição de normas gerais relativas a créditos, prescrição e decadência tributárias.

DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 81

Dentre as sociedades abaixo mencionadas, assinale a que deve ser identificada como mercantil, independentemente de seu objeto.

- a. Sociedade em conta de participação.
- b. Sociedade em nome coletivo.
- c. Sociedade limitada.
- d. Sociedade em comandita por ações.
- e. Sociedade anônima.

QUESTÃO 82

O administrador judicial, no caso de recuperação judicial e falência, poderá ser.

- a. Qualquer pessoa física ou jurídica de estrita confiança do juiz.
- b. O curador de massas falidas, o maior credor da recuperação judicial ou da massa falida.
- c. Uma pessoa jurídica especializada
- d. Um dos próprios administradores da empresa.
- e. O maior credor da recuperação judicial ou massa falida.

QUESTÃO 83

Assinale a alternativa **incorreta**.

- a. A empresa é uma atividade economicamente organizada.
- b. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis.
- c. Qualquer pessoa pode exercer a atividade de empresário.
- d. O empresário rural e o pequeno empresário têm tratamento favorecido, diferenciado e simplificado assegurado pela lei.
- e. O médico, por desenvolver atividade intelectual, não pode ser considerado empresário.

QUESTÃO 84

Em matéria societária anônima e limitada pode-se dizer, **exceto**.

- Na sociedade limitada o capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais.
- A quota é indivisível em relação à sociedade.
- Na sociedade anônima, a responsabilidade do acionista ou dos sócios será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- A sociedade anônima pode usar firma social ou denominação.
- O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação, em dinheiro.

QUESTÃO 85

A aprovação das contas de administração e a designação dos administradores, quando feita em ato separado, dependem de deliberação dos sócios.

- Pelos votos correspondentes, no mínimo a três quartos do capital social.
- Pelos votos de 2/3 dos sócios presentes.
- Pela maioria de votos dos presentes.
- Pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social.
- Pela maioria simples.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 86

Assinale alternativa **correta**.

Ocorre a consumação no crime previsto no artigo 289 do Código Penal (Moeda Falsa).

- Com a simples fabricação ou alteração de moeda em circulação capaz de induzir a erro.
- Com a posse de petrechos destinados à falsificação da moeda.
- Com a aquisição de petrechos destinados à falsificação da moeda.
- Com a falsificação ou alteração de moeda, mesmo sem a potencialidade de para iludir.
- Com a simples ofensa potencial de causar dano à fé pública, não prescindindo de resultado lesivo a terceiros.

QUESTÃO 87

Em relação ao crime previsto no artigo 299 do Código Penal, (falsidade Ideológica), assinale a alternativa **correta**.

- Se o agente que pratica o delito é funcionário público, sua conduta é circunstancia de aumento de pena.
- Se o agente que pratica o delito é funcionário público, sua conduta é circunstancia de aumento de pena, somente se a alteração disser respeito ao exercício de suas funções.
- Se o agente que pratica o delito é funcionário público, sua conduta, mesmo culposa, caracteriza o ilícito.

- Se o agente que pratica o delito é funcionário público, sua conduta é circunstancia de aumento de pena, somente nos casos de falsificação ou alteração de registro civil.
- Se o agente que pratica o delito é funcionário público, sua conduta é circunstancia de aumento de pena.

QUESTÃO 88

Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, desviando-o, em proveito próprio ou de outrem, pratica o delito de:

- Peculato
- Peculato Culposo
- Excesso de Exação
- Concussão
- Corrupção Passiva

QUESTÃO 89

No tipo Penal descrito no artigo 89 da Lei 8666/93, que penaliza a dispensa ou a inexigibilidade de processo licitatório fora das hipóteses previstas em lei, o sujeito passivo poderá ser.

- A administração pública.
- O ente estatal.
- O Particular
- O Estado e o particular em casos especiais.
- O servidor público.

QUESTÃO 90

Constitui Crime Contra a Ordem Econômica.

- Omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.
- Deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.
- Exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes, de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente. Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.
- Deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.
- Discriminar preços de bens ou de prestação de serviços por ajustes ou acordo de grupo econômico, com o fim de estabelecer monopólio, ou de eliminar, total ou parcialmente, a concorrência.

CONTABILIDADE

QUESTÃO 91

Assinale alternativa **correta**.

- As demonstrações contábeis exigidas pela lei 6.404/76 e suas alterações são: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos.
- A companhia fechada com patrim nio líquido, na data do balanço patrimonial superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada   elaboração e publica o da Demonstração do Fluxo de Caixa.
- No balanço patrimonial, as obriga es, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.
- São classificados no ativo diferido as despesas pré-operacionais e os gastos de reestrutura o que não contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redu o de custos ou acréscimos na eficiência operacional.
- Deverá ser indicado na Demonstração do Valor Adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribui o entre os elementos que contribuíram para a gera o dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como parcela da riqueza distribuída.

QUESTÃO 92

João e José resolveram constituir uma sociedade para trabalhar no setor de produ o de sapatos. Prometeram integralizar um capital de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) cada, sendo que João integralizou em dinheiro 40% (quarenta por cento) de sua parte, e José realizou em dinheiro apenas 30% de seu compromisso. Após a integraliza o, a empresa adquiriu,   vista, máquinas e equipamentos no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e pagou despesas no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Comprou mercadorias, a prazo, por R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Ao elaborar o balanço patrimonial, o valor do patrim nio bruto e da situa o líquida da empresa será respectivamente.

- R\$ 1.150.000,00 e R\$ 1.370.000,00
- R\$ 1.350.000,00 e R\$ 1.350.000,00
- R\$ 1.150.000,00 e R\$ 1.350.000,00
- R\$ 1.370.000,00 e R\$ 1.350.000,00
- R\$ 1.370.000,00 e R\$ 1.370.000,00

QUESTÃO 93

Admitindo que a empresa BOA SORTE Ltda., tenha apresentado no final do exercício em seu balancete, entre outras as seguintes informa es.

Estoque Final	R\$ 1.000,00
Aquisi�o de mercadorias	R\$ 500,00
Vendas de mercadorias	R\$ 1.000,00
Desconto comercial obtido	R\$ 60,00
Desconto financeiro sobre as compras	R\$ 100,00
Devolu�o de compras	R\$ 50,00
Abatimentos sobre compras	R\$ 10,00
PIS sobre folha de pagamento	R\$ 30,00
PIS sobre faturamento	R\$ 10,00
ICMS sobre vendas	R\$ 170,00
Devolu�o de vendas	R\$ 50,00

Considerando ainda que o estoque inicial   composto de 50% das compras líquidas, mais 57% do estoque final, pode-se dizer que as Compras Líquidas, o Custo da Mercadoria Vendida, a Receita Líquida e o Lucro Bruto são respectivamente.

- R\$ 380,00; R\$ 140,00; R\$ 770,00; R\$ 630,00
- R\$ 250,00; R\$ 150,00; R\$ 780,00; R\$ 640,00
- R\$ 40,00; R\$ 10,00; R\$ 770,00; R\$ 640,00
- R\$ 250,00; R\$ 140,00; R\$ 780,00; R\$ 680,00
- R\$ 250,00; R\$ 150,00; R\$ 780,00; R\$ 630,00

QUESTÃO 94

A empresa JK S/A apresentou as seguintes informa es.

- A base para calcular as participa es   o lucro de R\$ 1.000.000,00 que foi extraído do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/X9.
- O estatuto da empresa apresentou os seguintes percentuais.
 - Participa es de Partes beneficiárias: 4% (quatro por cento).
 - Participa es de Empregados: 10% (dez por cento).
 - Participa es de Administradores: 4% (quatro por cento).

De acordo com a Lei 6.404/76, a parte do lucro atribuída às participa es  .

- Participa es de Empregados R\$ 40.000,00; Participa es de Administradores R\$ 40.000,00; Participa es de Partes Beneficiárias R\$ 100.000,00.
- Participa es de Empregados R\$ 38.400,00; Participa es de Partes Benefici rias R\$ 100.000,00; Participa es de Administradores R\$ 40.000,00.
- Participa es de Partes Benefici rias R\$ 92.160,00; Participa es de Administradores R\$ 38.400,00; Participa es de Empregados R\$ 40.000,00.

- d. Participações de Empregados R\$ 100.000,00;
Participações de Administradores R\$ 36.000,00;
Participações de Partes Beneficiárias R\$ 34.560,00.
- e. Participações de Empregados R\$ 100.000,00;
Participações de Administradores R\$ 40.000,00;
Participações R\$ 40.000,00.

- e. O capital de terceiro representa 62% (sessenta e dois por cento) dos recursos totais.

QUESTÃO 95

A empresa GRANDE e Cia., no encerramento do exercício social, apresentou a seguinte apuração.

Receita Bruta com Vendas: \$36.000,00
Imposto sobre Vendas (ICMS): 17%
Resultado Operacional Bruto: 30% do total das vendas
Estoque Inicial de Mercadorias: \$3.480,00
Valor das Compras de Mercadorias efetuadas no Exercício (líquido de impostos): \$24.000,00.

Com essas informações, é **correto** afirmar que o estoque de mercadorias, apurado em inventário, no final do exercício, em relação às compras, corresponde a:

- a. 22,5%
b. 35,0%
c. 35,5%
d. 08,5%
e. 40,0%

QUESTÃO 96

Considere os dados abaixo.

Contas	R\$
Ações em tesouraria	200,00
Reserva de Lucro	1.000,00
Reserva de Capital	1.825,00
Capital	2.375,00
Financiamento Longo Prazo	400,00
Empréstimos	600,00
Tributos a pagar	800,00
Fornecedores	1.300,00
Depreciação acumulada	200,00
Móveis e Utensílios	1.000,00
Veículos	4.045,00
Títulos a Receber Longo Prazo	15,00
Estoques	1.701,00
Clientes	1.249,00
Disponível	290,00

De acordo com os dados apresentados é **correto** afirmar.

- a. Para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida total, a empresa tem no ativo circulante mais o realizável a longo prazo R\$ 1,04 (um real e quatro centavos).
- b. Para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida de curto prazo, a empresa possui no ativo circulante R\$ 1,20 (um real e vinte centavos).
- c. A participação do capital de terceiro representa 54% (cinquenta e quatro por cento) do passivo total.
- d. 13% (treze por cento) da dívida da empresa está no curto prazo.

QUESTÃO 97

Nas compras de mercadorias realizadas por uma empresa tipicamente comercial, é **correto** afirmar.

- a. Os valores do ICMS, do IPI e do Frete, constantes na nota fiscal não integram o valor do estoque dos itens comprados.
- b. O valor do ICMS constante na nota fiscal integra o valor do estoque dos itens comprados, pois será recuperado quando da revenda de tais itens.
- c. O valor do IPI constante na nota fiscal não integra o valor do estoque dos itens comprados, pois será recuperado, tal como as demais despesas de aquisição pelo preço de venda.
- d. Os valores do ICMS, do IPI e do Frete, constantes na nota fiscal integram o valor do estoque dos itens comprados.
- e. O valor do ICMS constante na nota fiscal não integra o valor do estoque dos itens comprados, enquanto que o do IPI e do Frete integram o valor do estoque dos itens comprados.

QUESTÃO 98

Numere a 2ª coluna de acordo com a 1ª.

- | | |
|-----------------------------------|---|
| (1) Fato modificativo diminutivo | () Distribuição de lucros aos sócios ou acionistas. |
| (2) Fato misto aumentativo | () Venda de mercadorias pelo preço de custo. |
| (3) Fato compensativo | () Aumento de capital com recursos dos sócios ou acionistas. |
| (4) Fato modificativo aumentativo | () Recebimento de duplicatas com desconto. |
| (5) Fato misto diminutivo | () Pagamento de duplicatas com desconto. |

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **correta**.

- a. 1 3 2 5 4
b. 4 3 1 2 5
c. 2 5 3 4 1
d. 1 3 4 5 2
e. 4 1 5 3 2

QUESTÃO 99

A empresa PARAÍSO Ltda., apresentou durante o mês de março de 200X, a seguinte movimentação, com determinado produto.

Data	Operação	Quantidade	\$ Unitário	\$ Total
01/03	Estoque Inicial	200	4,00	800,00
05/03	Compra	100	4,00	400,00
15/03	Compra	100	5,00	500,00
20/03	Venda	250	8,00	2.000,00
28/03	Compra	200	5,00	1.000,00

Com base nas informações acima, o custo das mercadorias vendidas (CMV), adotando-se os métodos Primeiro que Entra Primeiro que Sai (PEPS), Último que Entra Primeiro que Sai (UEPS), Média Móvel, Média Fixa, será respectivamente de:

- a \$ 1.100,00 \$ 1.062,50 \$ 1.000,00 \$ 1.125,00
- b \$ 1.000,00 \$ 1.100,00 \$ 1.062,50 \$ 1.125,00
- c \$ 1.062,50 \$ 1.100,00 \$ 1.125,00 \$ 1.100,00
- d \$ 1.000,00 \$ 1.062,50 \$ 1.100,00 \$ 1.125,00
- e \$ 1.125,00 \$ 1.000,00 \$ 1.062,50 \$ 1.100,00

QUESTÃO 100

Admitindo-se a hipótese de que determinado contribuinte transfira créditos acumulados de ICMS para fornecedor, em pagamento de compra realizada, o lançamento contábil por ocasião da transferência será:

a.

D-	ICMS a Recuperar	\$	
C-	Conta Corrente do ICMS		\$

b.

D-	Conta Corrente do ICMS	\$	
C-	ICMS a Recolher		\$

c.

D-	Fornecedores	\$	
C-	ICMS a Recuperar		\$

d.

D-	ICMS a Recolher	\$	
C-	Caixa (ou Bancos)		\$

e.

D-	Fornecedores	\$	
C-	ICMS a Recolher		\$

RASCUNHO